

viadas pela comunidade para os conversos estabelecidos em França que praticavam quase abertamente o judaísmo, assim como para os cristãos-novos da própria Península, baseadas na disseminação da literatura hebraica e da prática da circuncisão. Porém, esta relação com os neocristãos passou igualmente pela fundação, em 1615, de uma associação de caridade destinada a raparigas pobres, sob o nome abreviado de *Dotar*, uma instituição que Bodian, na linha de trabalhos anteriores, aborda com especial cuidado, constatando que esta presunha, por um lado, uma certa rigidez étnica, ao atribuir apenas dotes a jovens de origem conversa que se encontrassem dentro ou fora da Península, e, por outro lado, uma determinada flexibilidade religiosa, ao contemplar cristãs-novas não integradas no mosaísmo, mas que para tal se inclinassem. Com esta instituição, a *K. K. Talmud Tora* exprime em parte o desejo de se encerrar numa espécie de insularidade étnica (pp. 134-140). Todavia, o seu isolamento rácico não era intransponível, pois chegara a receber judeus que não tinham conhecido a experiência conversa, os descendentes de hebreus sefarditas exilados no século xv. Porém, a inclusão esporádica destes membros, desejada em parte para que a comunidade obtivesse reconhecimento nas esferas judaicas de então, não levou à alteração semântica da expressão pela qual se denominava, a «nação portuguesa», nem à sua aculturação, dado que o quotidiano dos neojudeus lusitanos em Amster-

dão permaneceu «with its distinctive converso ethos» (p. 151).

Em conclusão, Miriam Bodian introduz-nos no universo complexo que foi a construção da comunidade de conversos exilados na zona do Amstel, reflectindo de forma atenta e sistemática sobre a pluralidade de opiniões e posições dos cristãos-novos face ao intenso projecto de «re-judaização» dos «portugueses» aí concretizado. Apresenta-nos, assim, um panorama diversificado acerca da vivência conversa, focando questões até hoje pouco averiguadas pelos estudiosos, ponderando a ligação que os neocristãos desterrados estabeleceram com o espaço ibérico, com os meios holandeses e com os hebreus que observaram sempre os seus ritos, designadamente os sefarditas e os asquenazitas.

SANDRA NEVES SILVA

Nuno Gonçalo F. Monteiro (selecção, introdução e notas), **Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração. Correspondência do Conde de Assumar para o seu pai, o Marquês de Alorna**, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais/Quetzal, 2000, 193 páginas.

Foi, sem dúvida, excelente a ideia de reunir e publicar este conjunto de vinte e cinco cartas, escritas

pelo jovem D. João de Almeida Portugal entre 1744 e 1751 e dirigidas ao seu pai, D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, marquês de Castelo Novo, mais tarde marquês de Alorna. Em boa hora Nuno Gonçalo Monteiro teve a iniciativa de publicar estas missivas, pois trata-se de um conjunto documental da maior importância para a história do Portugal do século XVIII, muito revelador, sobretudo, acerca do *ethos* aristocrático, da sociedade e da política daquele tempo.

Nestas cartas, escritas em meados de Setecentos, é possível apreciar, acima de tudo, o modo como se processava o relacionamento entre um primogénito de uma casa titular, D. João, e o seu pai, D. Pedro, marquês de Castelo Novo e à data vice-rei na Índia. O primogénito, D. João, tinha então à roda de 20 anos, e parte das epístolas agora editadas foram escritas em Paris, no período em que aquele jovem nobre fazia o seu tirocínio na corte francesa (pp. 12 e segs.). As demais missivas foram escritas já em Lisboa, numa altura em que D. João, primogénito de uma família cujo chefe estava ausente, assumiu muitas responsabilidades de governo da sua casa. Como assinala Nuno Gonçalo Monteiro na «Introdução» a este volume, as cartas revelam, acima de tudo, «o entrelaçar do governo da casa (nas suas múltiplas dimensões, onde se deve incluir a vivência a que hoje chamamos «sentimentos familiares») com o governo da república, ou seja, com a corte, círculo político central da monarquia» (p. 16).

Quanto ao peso do *ethos* aristocrático nas opções do jovem D. João, as cartas são extremamente elucidativas, uma vez que nelas se encontra sempre presente o sentido de que é fundamental assegurar a «perpetuação da casa». O mesmo pode dizer-se a respeito dos constrangimentos familiares que pesavam sobre D. João, desde logo, no facto de se sentir, constantemente, a figura do pai — apesar de este se encontrar ausente na Índia — enquanto *pater familias*, enquanto autoridade detentora de um poder muito extensivo sobre os diversos membros do agregado. De facto, vários são os passos destas epístolas onde é bem visível a influência da família e do seu chefe na vida de D. João. Fazer parte da família significava, antes de mais, a consciência de pertença a um grupo cuja manutenção deveria ser a principal prioridade da sua vida, um sentimento exteriorizado em palavras, como «obediência» e «submissão», ou em expressões, como «dependência de filho» (p. 37), por diversas vezes empregues nessas missivas. Nas palavras do jovem D. João, o *pater* era aquele «a quem devo ter subordinação» (p. 34), era aquele a quem deveria dar conta de tudo o que se relacionava com o governo da casa, sendo essa subordinação, de certo modo, aquilo que a frase «Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração», escrita no início de cada carta, parece querer transmitir. E a verdade é que as missivas são sempre muito detalhadas a respeito do funcionamento interno do agregado fami-

liar, revelando que o jovem D. João se encontrava bem ciente das normas que governavam o grupo do qual era parte integrante.

Assim, D. João dá conta de diversos acontecimentos relacionados com a sua família, demonstrando que, na ausência do pai, ao primogénito cabia substituí-lo e, de certa maneira, exercitar algumas tarefas de chefia. É essa a impressão com que ficamos ao ler as cartas onde são tecidas considerações sobre assuntos cruciais para a estabilidade do agregado, como é o caso do matrimónio do próprio D. João ou o das irmãs, ou ainda as missivas onde o jovem aristocrata discorre sobre o destino das irmãs que ainda não tinham casado. Os seus comentários acerca das dívidas contraídas pela família apontam no mesmo sentido, e é muito sugestivo aquilo que D. João relata sobre o modo como tais dívidas foram satisfeitas: venda de bens móveis (pp. 108 e segs.) e contratação de empréstimos (p. 116). O mesmo peso da comunidade familiar é notório nas considerações que tece acerca das crianças que iam nascendo — nomeadamente a sua filha (p. 152) —, nas constantes notícias acerca da sua vida e da dos seus dez irmãos ou no relato detalhado da doença e morte da sua mãe (pp. 93 e segs.). Em todos esses passos D. João de Almeida Portugal deixa bem patente quão forte era a sua consciência de pertença a uma estirpe aristocrática, algo que também é sensível nas descrições do seu quotidiano em Paris e em Lisboa ou na enumeração das relações de ami-

zade que ia estabelecendo, todas elas com jovens aristocratas (p. 69).

Porém, e como muito bem assinala Nuno Gonçalo Monteiro (pp. 16 e segs.), estas cartas de D. João de Almeida Portugal possuem algo de surpreendente, pois nelas esse forte sentido de pertença a uma família alargada coexiste com a expressão de sentimentos individualistas. De facto, em algumas passagens deparamos com inequívocas manobras do jovem para escapar à influência dos membros da sua família, algo que se torna especialmente visível por ocasião da sua boda: rejeitando abertamente a noiva — D. Madalena de Lencastre — que o seu pai havia escolhido, declara, de um modo veemente, que «se Sua Ex.^a queria este casamento só as suas ordens o podiam concluir, mas que as suas razões não tinham o dom de me persuadir, visto a minha repugnância ter deitado já tão grandes raízes» (p. 63); acrescenta, numa manifestação clara de voluntarismo, que a razão de ser para a recusa da noiva que o pai seleccionara tinha a ver com o facto de «não querer ser desgraçado toda a minha vida...» (p. 64). D. João acaba por levar avante a sua pretensão e consegue casar com D. Leonor de Lorena e Távora, desta vez uma mulher escolhida por ele. Não menos sugestivas são as críticas que tece à instituição do morgadio, lamentando o facto de só o primogénito ser beneficiado com o património familiar. Acerca de um dos seus irmãos mais novos, declara: «Eu sou sumamente seu

amigo e a todos os meus irmãos desejo infinitas felicidades e acho injusto o uso geral de terem tanta preferência os primogénitos na sucessão dos bens das Casas, principalmente em Portugal onde a maior porção é a da substituição» (p. 77, carta de 22-3-1747).

Para lá dos aspectos referidos, D. João distingue-se, igualmente, pelos seus traços pessoais e pelo seu temperamento. Merece referência, desde logo, o facto de manifestar um interesse constante pela exploração do património fundiário da família, procurando assegurar a sua rentabilidade, por exemplo, através da melhoria das técnicas de exploração, de irrigação e de cultivo da terra (pp. 137 e segs.). Importa sublinhar que este jovem aristocrata esteve pessoalmente envolvido na gestão do património da sua casa, administrando-o directamente. Além disso, ao longo de todas as suas cartas revela um persistente interesse pela aprendizagem teórica, dando conta do seu envolvimento em actividades académicas e interessando-se também por experiências «científicas», denotando uma relação intensa com os diversos saberes, entre os quais se destacava a geometria. A influência do saber geométrico na sua maneira de ser tornou-se tão pronunciada que até a sua sogra acabou por criticar essa sua predilecção; segundo conta o próprio D. João, «[a minha sogra] assenta de pedra e cal que eu sou doido porque tudo quero levar por filosofia e por cálculo, parecendo-lhe que a causa das minhas distrações procedidas

por desarranjo grande que eu tenho na cabeça» (p. 149).

As cartas escritas por D. João de Almeida Portugal são invulgarmente ricas em informações acerca da vida cultural e intelectual do seu tempo. D. João revela-se possuidor de um olhar que poderíamos classificar de «estrangeirado», ou, talvez melhor, «cosmopolita». As cartas que escreve de Paris são particularmente reveladoras sobre o quão empolgante deveria ser para um jovem aristocrata luso frequentar uma das cortes mais opulentas e efervescentes da Europa. Dos encontros que manteve com a família real de França deixou-nos uma notícia curiosa: «[O Rei] é bastante gentilmente gentil-homem e tem uma figura austera. A Rainha, sendo muito feia, tem tal modo que parece ser bonita quando fala» (p. 30). As missivas redigidas na capital francesa demonstram também o papel que era desempenhado por aquela cidade enquanto centro de informações relativas à política europeia. D. João recolhe muitas notícias dos diversos conflitos militares que estavam então em curso (pp. 32-33 e 40 e segs.) e desse período da sua vida reteve o gosto por aceder, rápida e facilmente, a informação actualizada. Na viagem de retorno a Portugal passou por Madrid e da sua estada nessa cidade destaca-se a visita que efectuou à família real espanhola no Palácio do Bom Retiro, um edifício do qual não guardou uma boa impressão: «O Palácio de Retiro é um pouco barroco e os apartamentos de cada príncipe

muito separados...» (carta de 24-3-1746, p. 59).

Uma vez regressado a Lisboa, D. João por diversas vezes irá lamentar quão difícil era, em Portugal, obter informação actualizada sobre a situação da política centro-europeia. Aliás, as suas cartas transmitem-nos uma imagem — talvez exagerada — de um Portugal virtualmente isolado da Europa: «Aqui tudo se ignora e ninguém se interessa mais do que naquelas coisas que lhe pertencem. Não há divertimentos nem sociedade e por essa razão, junto com algum mau génio da Nação, tudo é inveja, desunião e enfim tenho o Portugal por um país onde a gente é absolutamente intratável» (p. 77). O temperamento dos Portugueses também não escapa ao seu olhar crítico, deplorando, por exemplo, o excesso de cortesias — «O nosso Portugal é o país mais abundante em etiquetas e ao mesmo tempo onde mais se quebrantam» (p. 82) —, e por diversas vezes lamenta a «melancolia deste Reino» (p. 92), criticando as limitações culturais e a tacanhez dos seus conterrâneos. Um dos raros momentos de entusiasmo em relação à vida cultural portuguesa é motivado pela publicação do famoso livro *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Verney (pp. 86 e segs.), pois numa das suas cartas D. João dá conta do debate que tal obra estava a gerar entre alguns académicos lisboetas. Aqui e ali vai dando notícia da existência de diversas academias em Lisboa, assim como das experiências no seu âmbito realizadas.

Antes de concluir esta breve descrição do riquíssimo conteúdo das cartas de D. João de Almeida Portugal não queria deixar de destacar a sua grande relevância para o conhecimento do processo político de meados de Setecentos. Com efeito, estas epístolas constituem um excelente testemunho do modo como um jovem aristocrata olhava para a política do seu tempo, em especial para o papel que estava reservado à sua família. Antes de mais, refira-se que, apesar de se encontrar na distante Índia, a figura de D. Pedro de Almeida Portugal está sempre presente. Nestas missivas são constantes as referências a D. Pedro e aos feitos heróicos que, como vice-rei, estava a desempenhar na Ásia. «V. Ex.^a é o herói do século» (p. 92), escreve D. João depois de ter sido divulgada em Lisboa a notícia de mais uma vitória militar contra o rajá de Bounsuló protagonizada pelo marquês de Castelo Novo. Através dos muitos comentários tecidos pelo jovem D. João acerca das façanhas guerreiras de seu pai torna-se possível avaliar quão decisiva era a reputação militar para a carreira política de um aristocrata, sobretudo para o delicado processo de regresso à metrópole e de reinserção no sistema administrativo da Coroa depois de vários anos de comissão no ultramar. Importa não esquecer que D. Pedro de Almeida Portugal tinha um impressionante currículo de serviços guerreiros, pois começara por se distinguir na Catalunha, durante a guerra da sucessão de Espanha, tendo

servido depois como capitão-general de Minas Gerais, onde teve de se envolver pessoalmente em combates. O cargo de vice-rei da Índia acabou por ser o corolário desse brilhante percurso militar ao serviço da Coroa portuguesa, e o próprio vice-rei D. Pedro teve o cuidado de publicitar as suas façanhas através de uma *Instrução dada pelo Excellentissimo Marquez de Alorna, Ao seu successor no Governo deste estado da India, o Excellentissimo Marquez de Tavora*, um texto onde, a par da instrução propriamente dita, surge uma descrição detalhada do valor militar deste aristocrata. D. João especula sobre o regresso do pai uma vez terminado o seu vice-reinado na Índia, em especial acerca do cargo que lhe estava reservado (pp. 125 e segs.), contando que em Lisboa corria o rumor de que o pai iria ser feito «primeiro-ministro» (p. 132). Outra das hipóteses seria, ao que parece, o posto de embaixador em Paris, algo que não chegou a concretizar-se, pois uma vez regressado a Lisboa, em 1752, D. Pedro foi nomeado mordomo-mor da rainha D. Ana Maria de Áustria, acabando por falecer pouco tempo mais tarde, em Novembro de 1756.

Voltando às cartas de D. João e àquilo que elas nos contam sobre a política de Setecentos, cumpre referir que, através delas, o jovem aristocrata vai informando o seu pai das nomeações e dos cargos que iam sendo ocupados pelos membros das demais casas nobiliárquicas, transmitindo uma imagem da política portu-

guesa quase toda ela estruturada pelos interesses familiares da aristocracia. São constantes as notícias sobre as demais famílias: «A Casa de Marialva vem subindo cada vez a maior grau. Depois de terem feito o Marquês estribeiro-mor, o fizeram general junto à pessoa [do rei]...» (p. 130), conta D. João a seu pai, procurando mantê-lo sempre informado acerca do equilíbrio de poderes vivido na metrópole e, de certo modo, preparando-o para o cenário que iria encontrar no seu regresso. D. João dá igualmente conta de diversas nomeações para ofícios da casa real, sublinhando o valor político de tais cargos (pp. 133 e segs.) e confessando a sua pouca apetência para ocupar um posto na distante Índia, talvez um sinal de que os cargos de governação colonial já não estavam a ser proveitosos para os aristocratas, sobretudo quando comparados com postos de governo na metrópole.

O peso das relações familiares no sistema político é, sem dúvida, muito visível em todos os comentários que D. João tece acerca das opções governativas e das nomeações régias para os diversos cargos. As missivas apresentam, para além disso, muitas alusões às alianças e às redes clientelares entretecidas pelas diversas casas aristocráticas, informando-nos sobre o funcionamento de tais redes, sua manutenção e virtualidade política. A esse respeito, as cartas revelam que a família do marquês de Castelo Novo, para além da aliança com a família dos Távora — selada

pelo casamento entre D. João e D. Leonor de Távora —, cultivou muitas ligações de índole clientelar, e disso mesmo dá conta, por diversas ocasiões, D. João: «o Sr. Enviado me pediu quisesse recomendar Miguel Henriques Gorjão, seu parente...» (p. 39); ou «aqui tenho feito milhares de cartas de recomendação» (p. 89). A par das referências a alianças interfamiliares, a «parentes», a «criaturas» e a «clientes», o jovem aristocrata faz referência, amiúde, aos deveres e às obrigações inerentes aos laços de amizade, enumerando, por vezes com detalhe, os seus amigos mais próximos, indicando sempre de que família aristocrática provinham (p. 91).

Por fim, e antes de concluir, há que referir que D. João de Almeida Portugal dedica algumas linhas à família real de Portugal, em especial por ocasião do falecimento de D. João V, uma morte que, segundo ele, «não causou novidade pelo muito que era esperada» (p. 155). Através das suas cartas é possível entrever o processo de substituição nos postos governativos, o qual costumava acontecer sempre que um rei falecia. D. João de Almeida Portugal chega mesmo a fazer prognósticos sobre os acrescentamentos e as despromoções que eram previsíveis com o advento do novo rei D. José (p. 155), juntando sugestivos apontamentos relativos ao declínio dos dois últimos validos de D. João V, Alexandre de Gusmão e frei Gaspar da Encarnação (p. 157). Uma das derradeiras cartas publicadas neste volume dá conta da cerimónia de aclamação de D. José I (p. 158)

e nela D. João de Almeida Portugal chega mesmo a incluir a sua opinião pessoal acerca do novo rei, destacando a sua afabilidade e acessibilidade no trato com os aristocratas (p. 164).

Em suma, estamos perante uma edição muito oportuna e pertinente, bem reveladora do valor da correspondência enquanto fonte para a história do Portugal do antigo regime.

PEDRO CARDIM

António Marques da Silva, A Memória dos Bacalhoeiros — Uma Contribuição para a Sua História, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Num tempo em que a pesca longínqua perdeu boa parte da expressão económica e simbólica que teve até 1974, as memórias dos homens que foram ao bacalhau assumem invariavelmente o sentido de uma evocação épica da «faina maior».

As memórias são por natureza selectivas. Reconstroem o passado segundo mecanismos pessoais e sociais de integração e de exclusão, nem sempre involuntários. É certo que o escrito do comandante Marques da Silva não pretende esclarecer, mas